



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2000

DE

60

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

AUTOR:

(DO SR. PEDRO VALADARES)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia do Poder Popular da República de Cuba.

DESPACHO:

11/01/2000 - (AO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO SR. PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE, EM 15/12/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
PRIORIDADE	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000 (DO SR. PEDRO VALADARES)**

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

(AO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE)

#### **A Câmara dos Deputados resolve:**

Art. 1º A Câmara dos Deputados desenvolverá atividades de cooperação interparlamentar com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

§ 1º. O intercâmbio parlamentar terá como objetivo básico estabelecer formas de cooperação para atuação parlamentar conjunta, de modo a promover a implementação dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previstos no artigo 4º e parágrafo único, da Constituição Federal, quais sejam: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como o repúdio à aprovação e aos efeitos extraterritoriais de normas aprovadas no âmbito de ordenamentos jurídicos nacionais.

§ 2º. O intercâmbio entre os parlamentares dos dois países ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, da realização de seminários, formação de grupos de estudo e de trabalho, tendo como finalidade avaliar e propor mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas e da cooperação econômica bilateral, e promover a cooperação em outras áreas, dentre as quais as constantes do § 3º deste artigo.





§ 3º. As reuniões interparlamentares previstas no §2º terão a seguinte sistemática:

- a- serão realizadas anualmente, em um e outro país, alternadamente;
- b- cada parlamento far-se-á representar por delegação composta por 10 (dez) parlamentares, no máximo;
- c- as reuniões serão presididas pelo parlamentar-chefe da delegação do país em que a reunião ocorrer;
- d- os representantes de cada delegação proporão, em seus respectivos parlamentos, a criação de uma secretaria técnica que ficará incumbida da pauta das reuniões e demais providências administrativas necessárias.

§ 4º. Serão temas permanentes de discussão nos debates interparlamentares a política externa dos dois países; as correntes migratórias entre os dois países; as atuações dos dois países no âmbito de organismos internacionais; as relações econômicas e comerciais bilaterais, regionais e globais; os aspectos sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentado em ambos os países; a Lei Helms-Burton; a cooperação e as relações parlamentares; os processos de integração latino-americana; a segurança bilateral e regional; o combate ao narcotráfico e, ainda, saúde, educação, ecologia, proteção e conservação ambiental, intercâmbio artístico e cultural e turismo.

§ 5º. As delegações de parlamentares de ambos os países poderão, quando da elaboração da pauta da reunião anual, aprovar a inclusão de outros temas que julgarem convenientes.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

Reconhecem os parlamentares da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil e da Assembléia do Poder Popular da República de Cuba a importância de serem fortalecidas as relações bilaterais diante dos desafios que se avizinham nesta era de acentuada globalização.

Propõem, desta forma, a seus respectivos colegiados, normas que incentivem e viabilizem o intercâmbio e a cooperação nesta época tão propícia à avaliação das potencialidades, falácias, conquistas e cataclismos do milênio que finda, voltando-nos para os projetos de um futuro mais justo.

O momento é deveras propício para reafirmarmos nossos laços de amizade e a vocação comum para fortalecer as instituições democráticas universais, por intermédio do diálogo entres nossos Parlamentos em questões crônicas, emergentes, ou urgentes, tais como o fortalecimento da vida política e a cooperação econômica em todos os campos que as exigências da abertura comercial e da revolução técnico-científica impõem, assim como a internacionalização das fontes financeiras, o problema dos capitais voláteis e a respectiva inserção da América Latina e do Caribe no mercado globalizado.

A presente resolução soma-se às demais normas de cooperação existentes entre os dois países, sendo consentânea com os princípios que nosso país tem defendido em nível internacional e vindo ao encontro dos mais legítimos anseios, deveres e expectativas desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de janeiro de 2000 de 1999.


  
Deputado PEDRO VALADARES

  
Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

Deputado EUJÁCIO SIMÕES

  
Deputado ROMMEL FEIJÓ

  
BISPO RODRIGUES - PL -

  
WALTER PINHEIRO

91441106-004

Lote: 11 Caixa: 4  
PRC Nº 60/2000  
4

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	21/01/00 às 19:15hs
Nome	Antônio
Ponto	3.204.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba

Autor: Deputado PEDRO VALADARES e outros  
Relator: **PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE**

### RELATÓRIO

Este projeto, que tem o nobre Dep. PEDRO VALADARES como autor, elenca as atividades de cooperação parlamentar que deverão ser desenvolvidas com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba. Descreve, outrossim, que o intercâmbio ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, realização de seminários e formação de grupos de trabalho. Declara a sistemática das reuniões, discrimina os temas permanentes de discussão e prevê a alternância do local das reuniões, que serão anuais. Permite que as delegações possam, quando da elaboração da pauta da reunião, aprovar outros temas que julgarem conveniente.





Na justificativa, é dito:

“ O momento é deveras propício para reafirmarmos nossos laços de amizade e a vocação comum para fortalecer as instituições democráticas universais, por intermédio do diálogo permanente entre nosso Parlamentos, em questões crônicas, emergentes, ou urgentes, tais como o fortalecimento da vida política e a cooperação econômica em todos os campos em que as exigências da abertura comercial e da revolução técnico-científica impõe, assim como a internacionalização das fontes financeiras, o problemas dos capitais voláteis e a respectiva inserção da América Latina e do Caribe no mercado globalizado.”

É o relatório.

### **VOTO DO RELATOR**

O Grupo Parlamentar Brasil-Cuba foi criado pela Resolução nº 15/89. É dito que o funcionamento obedecerá às normas previstas no Estatuto, que fosse elaborado por seus integrantes, obedecida a legislação brasileira.

Embora não seja usual fazer-se essa disciplina de trabalhos por meio de uma Resolução, nada impede que assim seja feito, como pretende esta proposição. Todavia, uma cautela primária deve ser reafirmadas: que o intercâmbio será realizado sem qualquer ônus para a Câmara dos Deputados, aliás como previsto no art. 2º da já citada Resolução nº 18/89. Esta providência ganha maior vulto quando se pretende que as reuniões sejam anuais e realizadas,





alternadamente, em cada país, prevendo-se que as delegações possam ser constituídas por até dez parlamentares.

Diante do exposto, **VOTO PELA APROVAÇÃO** deste Projeto de Resolução nº 60, de 2000, que “dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba”, com a apresentação de uma Emenda.

Sala de Reuniões da Mesa, em 6 de novembro de 2000

Deputado **HERÁCLITO FORTES**  
Primeiro Vice-Presidente  
Relator





EMENDA AO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000

Acrescente-se o seguinte art. 2º, renumerado o subsequente:

“ Art. 2º As atividades previstas nesta Resolução serão desenvolvidas sem ônus para a Câmara dos Deputados.”

Sala de Reuniões da Mesa, em 6 de novembro de 2000

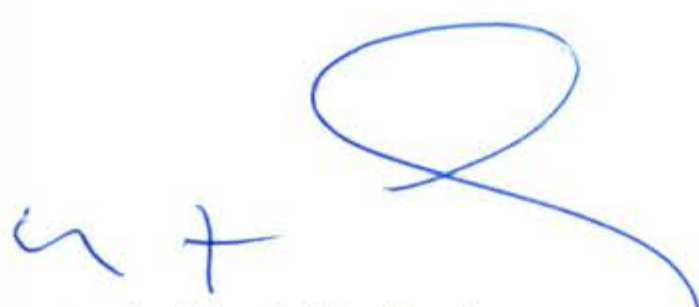






Deputado **HERÁCLITO FORTES**  
Primeiro Vice-Presidente  
Relator



## DECISÃO DA MESA

A Mesa, por seus membros abaixo assinados, resolveu aprovar o parecer do Senhor Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 60, de 2000, que dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba, com emenda apresentada pelo Relator.

Câmara dos Deputados, 6 de novembro de 2000.

 Deputado Heráclito Fortes 1º Vice-Presidente Relator	 Deputado Michel Temer Presidente
 Deputado Severino Cavalcanti 2º Vice-Presidente	 Deputado Ubiratan Aguiar 1º Secretário
	 Deputado Nelson Trad 2º Secretário
	 Deputado Jaques Wagner 3º Secretário
	 Deputado Efraim Moraes 4º Secretário



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60-A, DE 2000** (DO SR. PEDRO VALADARES)

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba; tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com emenda.

(AO SENHOR PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE)

### **S U M Á R I O**

I – Projeto inicial

II – Na Mesa:

- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Mesa



APROVADOS:

. a Emenda adotada pela Mesa;

. o Projeto de Resolução.

PROMULGADA A RESOLUÇÃO.

Em 14.12.2000



Mozart Vianna de Paiva  
Secretário-Geral da Mesa

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 60-A, DE 2000

(Do Sr. Pedro Valadares)

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba; tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com emenda.

(AO SENHOR PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE)

### SUMÁRIO

I – Projeto inicial

II – Na Mesa:

- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Mesa



### A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º A Câmara dos Deputados desenvolverá atividades de cooperação interparlamentar com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

§ 1º. O intercâmbio parlamentar terá como objetivo básico estabelecer formas de cooperação para atuação parlamentar conjunta, de modo a promover a implementação dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previstos no artigo 4º e parágrafo único, da Constituição Federal, quais sejam: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como o repúdio à aprovação e aos efeitos extraterritoriais de normas aprovadas no âmbito de ordenamentos jurídicos nacionais.

§ 2º. O intercâmbio entre os parlamentares dos dois países ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, da realização de seminários, formação de grupos de estudo e de trabalho, tendo como finalidade avaliar e propor mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas e da cooperação econômica bilateral, e promover a cooperação em outras áreas, dentre as quais as constantes do § 3º deste artigo.

§ 3º. As reuniões interparlamentares previstas no §2º terão a seguinte sistemática:

- a- serão realizadas anualmente, em um e outro país, alternadamente;
- b- cada parlamento far-se-á representar por delegação composta por 10 (dez) parlamentares, no máximo;
- c- as reuniões serão presididas pelo parlamentar-chefe da delegação do país em que a reunião ocorrer;



- d- os representantes de cada delegação proporão, em seus respectivos parlamentos, a criação de uma secretaria técnica que ficará incumbida da pauta das reuniões e demais providências administrativas necessárias.

§ 4º. Serão temas permanentes de discussão nos debates interparlamentares a política externa dos dois países; as correntes migratórias entre os dois países; as atuações dos dois países no âmbito de organismos internacionais; as relações econômicas e comerciais bilaterais, regionais e globais; os aspectos sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentado em ambos os países; a Lei Helms-Burton; a cooperação e as relações parlamentares; os processos de integração latino-americana; a segurança bilateral e regional; o combate ao narcotráfico e, ainda, saúde, educação, ecologia, proteção e conservação ambiental, intercâmbio artístico e cultural e turismo.

§ 5º. As delegações de parlamentares de ambos os países poderão, quando da elaboração da pauta da reunião anual, aprovar a inclusão de outros temas que julgarem convenientes.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Reconhecem os parlamentares da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil e da Assembléia do Poder Popular da República de Cuba a importância de serem fortalecidas as relações bilaterais diante dos desafios que se avizinham nesta era de acentuada globalização.

Propõem, desta forma, a seus respectivos colegiados, normas que incentivem e viabilizem o intercâmbio e a cooperação nesta época



tão propícia à avaliação das potencialidades, falácias, conquistas e cataclismos do milênio que finda, voltando-nos para os projetos de um futuro mais justo.

O momento é deveras propício para reafirmarmos nossos laços de amizade e a vocação comum para fortalecer as instituições democráticas universais, por intermédio do diálogo entres nossos Parlamentos em questões crônicas, emergentes, ou urgentes, tais como o fortalecimento da vida política e a cooperação econômica em todos os campos que as exigências da abertura comercial e da revolução técnico-científica impõem, assim como a internacionalização das fontes financeiras, o problema dos capitais voláteis e a respectiva inserção da América Latina e do Caribe no mercado globalizado.

A presente resolução soma-se às demais normas de cooperação existentes entre os dois países, sendo consentânea com os princípios que nosso país tem defendido em nível internacional e vindo ao encontro dos mais legítimos anseios, deveres e expectativas desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2000.

*[Handwritten signature]*  
BISPO RODRIGUES - PL -  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
91441106-004  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Deputado PEDRO VALADARES

*[Handwritten signature]*  
Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

*[Handwritten signature]*  
Deputado EUJÁCIO SIMÕES

*[Handwritten signature]*  
Deputado ROMMEL FEIJÓ

*[Handwritten signature]* - PPS  
REGIS CAVALCANTE



## RELATÓRIO

Este projeto, que tem o nobre Dep. PEDRO VALADARES como autor, elenca as atividades de cooperação parlamentar que deverão ser desenvolvidas com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba. Descreve, outrossim, que o intercâmbio ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, realização de seminários e formação de grupos de trabalho. Declara a sistemática das reuniões, discrimina os temas permanentes de discussão e prevê a alternância do local das reuniões, que serão anuais. Permite que as delegações possam, quando da elaboração da pauta da reunião, aprovar outros temas que julgarem conveniente.

Na justificativa, é dito:

“ O momento é deveras propício para reafirmarmos nossos laços de amizade e a vocação comum para fortalecer as instituições democráticas universais, por intermédio do diálogo permanente entre nosso Parlamentos, em questões crônicas, emergentes, ou urgentes, tais como o fortalecimento da vida política e a cooperação econômica em todos os campos em que as exigências da abertura comercial e da revolução técnico-científica impõe, assim como a internacionalização das fontes financeiras, o problema dos capitais voláteis e a respectiva inserção da América Latina e do Caribe no mercado globalizado.”

É o relatório.

## VOTO DO RELATOR

O Grupo Parlamentar Brasil-Cuba foi criado pela Resolução nº 15/89. É dito que o funcionamento obedecerá às normas previstas no



Estatuto, que fosse elaborado por seus integrantes, obedecida a legislação brasileira.

Embora não seja usual fazer-se essa disciplina de trabalhos por meio de uma Resolução, nada impede que assim seja feito, como pretende esta proposição. Todavia, uma cautela primária deve ser reafirmadas: que o intercâmbio será realizado sem qualquer ônus para a Câmara dos Deputados, aliás como previsto no art. 2º da já citada Resolução nº 18/89. Esta providência ganha maior vulto quando se pretende que as reuniões sejam anuais e realizadas, alternadamente, em cada país, prevendo-se que as delegações possam ser constituídas por até dez parlamentares.

Diante do exposto, **VOTO PELA APROVAÇÃO** deste Projeto de Resolução nº 60, de 2000, que “dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba”, com a apresentação de uma Emenda.

Sala de Reuniões da Mesa, em 6 de novembro de 2000

Deputado **HERÁCLITO FORTES**  
Primeiro Vice-Presidente  
Relator

EMENDA AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000

Acrescente-se o seguinte art. 2º, renumerado o subsequente:



“ Art. 2º As atividades previstas nesta Resolução serão desenvolvidas sem ônus para a Câmara dos Deputados.”

Sala de Reuniões da Mesa, em 6 de novembro de 2000

Deputado **HERÁCLITO FORTES**  
Primeiro Vice-Presidente  
Relator

#### DECISÃO DA MESA

A Mesa, por seus membros abaixo assinados, resolveu aprovar o parecer do Senhor Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 60, de 2000, que dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba, com emenda apresentada pelo Relator.

Câmara dos Deputados, 6 de novembro de 2000.

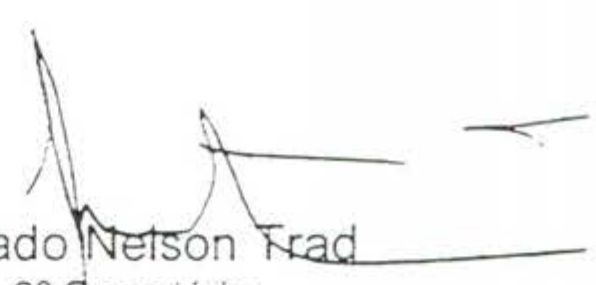
Deputado Michel Temer  
Presidente

Deputado Heráclito Fortes  
1º Vice-Presidente  
Relator

Deputado Ubiratan Aguiar  
1º Secretário



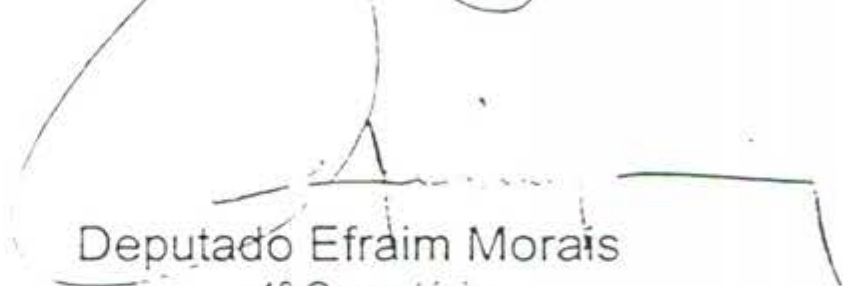
Deputado Severino Cavalcanti  
2º Vice-Presidente



Deputado Nelson Trad  
2º Secretário



Deputado Jaques Wagner  
3º Secretário



Deputado Efraim Moraes  
4º Secretário



Item 6

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60-A, DE 2000  
(DO SR. PEDRO VALADARES)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000, QUE DISPÕE SOBRE A COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E A ASSEMBLÉIA DO PODER POPULAR DA REPÚBLICA DE CUBA. TENDO PARECER DA MESA, PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA (RELATOR: SR. HERÁCLITO FORTES)

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO



EM VOTAÇÃO A EMENDA ADOTADA PELA MESA

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

*al da*  
*14/12*



EM VOTAÇÃO O PROJETO DE RESOLUÇÃO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

*alvd*  
*14/12*

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI À PROMULGAÇÃO. — PROMULGADA



**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO , EM TURNO ÚNICO, DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000  
(COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA E CUBA)**

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **CONTRÁRIOS A** MATÉRIA

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....
- 10 .....
- 11 .....
- 12 .....
- 13 .....
- 14 .....
- 15 .....
- 16 .....
- 17 .....
- 18 .....

**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000  
(COOPERAÇÃO ENTRE CÂMARA E CUBA)**

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **A FAVOR** DA MATÉRIA

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....
- 10 .....
- 11 .....
- 12 .....
- 13 .....
- 14 .....
- 15 .....
- 16 .....
- 17 .....
- 18 .....



**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO,  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000  
(COOPERAÇÃO ENTRE CÂMARA E CUBA)**

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **CONTRÁRIOS** À MATÉRIA

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **A FAVOR** DA MATÉRIA

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....

**(SE HOVER EMENDAS)**

O PROJETO FOI EMENDADO

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, EM  
SUBSTITUIÇÃO À MESA, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO  
**HERÁCLITO FORTES** .....

PASSA-SE À VOTAÇÃO



EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO N°S.....  
....., COM PARECER FAVORÁVEL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO N°S.....  
....., COM PARECER CONTRÁRIO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Seção de Sinopse

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60

de de

de 1992

AUTOR

EMENTA

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

PEDRO VALADARES  
(PSB-SE)

Ind. Top. Ara.

ANDAMENTO

PLENÁRIO

11.01.00

Apresentação e leitura do Projeto.

Promulgada em

Publicada no Diário Oficial de

MESA

11.01.00

Despacho: Ao Primeiro Vice-Presidente, Dep. HERÁCLITO FORTES.

Publicada no Diário do Congresso Nacional de

OCD 12/01/00, pág. 01296 col. 01.

MESA

06.11.00

Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. HERÁCLITO FORTES, 1º Vice-Presidente, com emenda.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

06.11.00

É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com emenda.  
(PRC 60-A/00).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1º A Câmara dos Deputados desenvolverá atividades de cooperação interparlamentar com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

§ 1º. O intercâmbio parlamentar terá como objetivo básico estabelecer formas de cooperação para atuação parlamentar conjunta, de modo a promover a implementação dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previstos no artigo 4º e parágrafo único, da Constituição Federal, quais sejam: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como o repúdio à aprovação e aos efeitos extraterritoriais de normas aprovadas no âmbito de ordenamentos jurídicos nacionais.

§ 2º O intercâmbio entre os parlamentares dos dois países ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, da





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

realização de seminários, formação de grupos de estudo e de trabalho, tendo como finalidade avaliar e propor mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas e da cooperação econômica bilateral, e promover a cooperação em outras áreas, dentre as quais as constantes do § 3º deste artigo.

§ 3º As reuniões interparlamentares previstas no § 2º terão a seguinte sistemática:

I - serão realizadas anualmente, em um e outro país, alternadamente;

II - cada parlamento far-se-á representar por delegação composta por dez parlamentares, no máximo;

III - as reuniões serão presididas pelo parlamentar-chefe da delegação do país em que a reunião ocorrer;

IV - os representantes de cada delegação proporão, em seus respectivos parlamentos, a criação de uma secretaria técnica, que ficará incumbida da pauta das reuniões e demais providências administrativas necessárias.

§ 4º Serão temas permanentes de discussão nos debates interparlamentares a política externa dos dois países; as correntes migratórias entre os dois países; as atuações dos dois países no âmbito de organismos internacionais; as relações econômicas e comerciais bilaterais, regionais e globais; os aspectos sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentado em ambos os países; a Lei Helms-Burton; a cooperação e as relações parlamentares; os processos de integração latino-americana; a segurança bilateral e regional; o combate ao narcotráfico e, ainda, saúde, educação, ecologia, proteção e conservação ambiental, intercâmbio artístico e cultural e turismo.

§ 5º As delegações de parlamentares de ambos os países poderão, quando da elaboração da pauta da reunião anual, aprovar a inclusão de outros temas que julgarem convenientes.






CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 2º. As atividades previstas nesta Resolução serão desenvolvidas sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, de dezembro de 2000.

  
Relator

DEP. MENDES RIBEIRO FILHO

## RESOLUÇÃO N° 18, DE 2000

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1° A Câmara dos Deputados desenvolverá atividades de cooperação interparlamentar com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

§ 1°. O intercâmbio parlamentar terá como objetivo básico estabelecer formas de cooperação para atuação parlamentar conjunta, de modo a promover a implementação dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previstos no artigo 4° e parágrafo único, da Constituição Federal, quais sejam: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como o repúdio à aprovação e aos efeitos extraterritoriais de normas aprovadas no âmbito de ordenamentos jurídicos nacionais.

§ 2° O intercâmbio entre os parlamentares dos dois países ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, da



realização de seminários, formação de grupos de estudo e de trabalho, tendo como finalidade avaliar e propor mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas e da cooperação econômica bilateral, e promover a cooperação em outras áreas, dentre as quais as constantes do § 3º deste artigo.

§ 3º As reuniões interparlamentares previstas no § 2º terão a seguinte sistemática:

I - serão realizadas anualmente, em um e outro país, alternadamente;

II - cada parlamento far-se-á representar por delegação composta por dez parlamentares, no máximo;

III - as reuniões serão presididas pelo parlamentar-chefe da delegação do país em que a reunião ocorrer;

IV - os representantes de cada delegação proporão, em seus respectivos parlamentos, a criação de uma secretaria técnica, que ficará incumbida da pauta das reuniões e demais providências administrativas necessárias.


§ 4º Serão temas permanentes de discussão nos debates interparlamentares a política externa dos dois países; as correntes migratórias entre os dois países; as atuações dos dois países no âmbito de organismos internacionais; as relações econômicas e comerciais bilaterais, regionais e globais; os aspectos sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentado em ambos os países; a Lei Helms-Burton; a cooperação e as relações parlamentares; os processos de integração latino-americana; a segurança bilateral e regional; o combate ao narcotráfico e, ainda, saúde, educação, ecologia, proteção e conservação ambiental, intercâmbio artístico e cultural e turismo.

§ 5º As delegações de parlamentares de ambos os países poderão, quando da elaboração da pauta da reunião anual, aprovar a inclusão de outros temas que julgarem convenientes.

Art. 2º. As atividades previstas nesta Resolução serão desenvolvidas sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de dezembro de 2000.



MICHEL TEMER  
Presidente



## RESOLUÇÃO N° 18, DE 2000

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1° A Câmara dos Deputados desenvolverá atividades de cooperação interparlamentar com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

§ 1°. O intercâmbio parlamentar terá como objetivo básico estabelecer formas de cooperação para atuação parlamentar conjunta, de modo a promover a implementação dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previstos no artigo 4° e parágrafo único, da Constituição Federal, quais sejam: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como o repúdio à aprovação e aos efeitos extraterritoriais de normas aprovadas no âmbito de ordenamentos jurídicos nacionais.

§ 2° O intercâmbio entre os parlamentares dos dois países ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, da



realização de seminários, formação de grupos de estudo e de trabalho, tendo como finalidade avaliar e propor mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas e da cooperação econômica bilateral, e promover a cooperação em outras áreas, dentre as quais as constantes do § 3º deste artigo.

§ 3º As reuniões interparlamentares previstas no § 2º terão a seguinte sistemática:

I - serão realizadas anualmente, em um e outro país, alternadamente;

II - cada parlamento far-se-á representar por delegação composta por dez parlamentares, no máximo;

III - as reuniões serão presididas pelo parlamentar-chefe da delegação do país em que a reunião ocorrer;

IV - os representantes de cada delegação proporão, em seus respectivos parlamentos, a criação de uma secretaria técnica, que ficará incumbida da pauta das reuniões e demais providências administrativas necessárias.

§ 4º Serão temas permanentes de discussão nos debates interparlamentares a política externa dos dois países; as correntes migratórias entre os dois países; as atuações dos dois países no âmbito de organismos internacionais; as relações econômicas e comerciais bilaterais, regionais e globais; os aspectos sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentado em ambos os países; a Lei Helms-Burton; a cooperação e as relações parlamentares; os processos de integração latino-americana; a segurança bilateral e regional; o combate ao narcotráfico e, ainda, saúde, educação, ecologia, proteção e conservação ambiental, intercâmbio artístico e cultural e turismo.

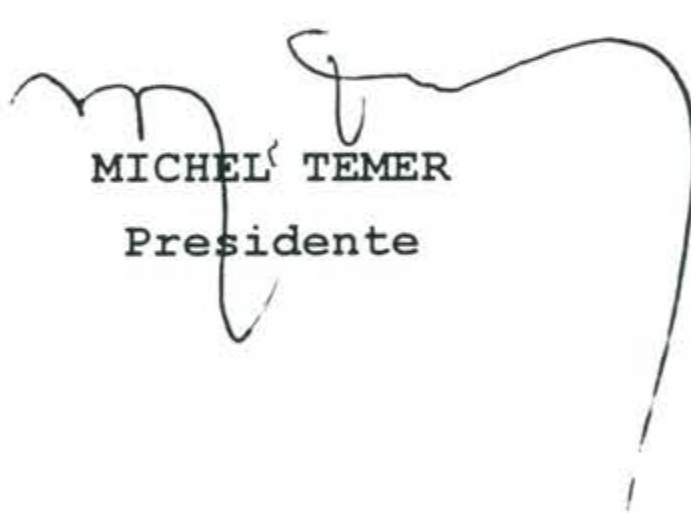
§ 5º As delegações de parlamentares de ambos os países poderão, quando da elaboração da pauta da reunião anual, aprovar a inclusão de outros temas que julgarem convenientes.



Art. 2°. As atividades previstas nesta Resolução serão desenvolvidas sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua promulgação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 14 de dezembro de 2000.



MICHEL TEMER  
Presidente



# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO**

**Nº 60-A, DE 2000**

**(Do Sr. Pedro Valadares)**

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba; tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com emenda.

(AO SENHOR PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE)

### **S U M Á R I O**

I – Projeto inicial

II – Na Mesa:

- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Mesa



### A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º A Câmara dos Deputados desenvolverá atividades de cooperação interparlamentar com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

§ 1º. O intercâmbio parlamentar terá como objetivo básico estabelecer formas de cooperação para atuação parlamentar conjunta, de modo a promover a implementação dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil, previstos no artigo 4º e parágrafo único, da Constituição Federal, quais sejam: a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, bem como o repúdio à aprovação e aos efeitos extraterritoriais de normas aprovadas no âmbito de ordenamentos jurídicos nacionais.

§ 2º. O intercâmbio entre os parlamentares dos dois países ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, da realização de seminários, formação de grupos de estudo e de trabalho, tendo como finalidade avaliar e propor mecanismos de fortalecimento das instituições democráticas e da cooperação econômica bilateral, e promover a cooperação em outras áreas, dentre as quais as constantes do § 3º deste artigo.

§ 3º. As reuniões interparlamentares previstas no §2º terão a seguinte sistemática:

- a- serão realizadas anualmente, em um e outro país, alternadamente;
- b- cada parlamento far-se-á representar por delegação composta por 10 (dez) parlamentares, no máximo;
- c- as reuniões serão presididas pelo parlamentar-chefe da delegação do país em que a reunião ocorrer;



- d- os representantes de cada delegação proporão, em seus respectivos parlamentos, a criação de uma secretaria técnica que ficará incumbida da pauta das reuniões e demais providências administrativas necessárias.

§ 4º. Serão temas permanentes de discussão nos debates interparlamentares a política externa dos dois países; as correntes migratórias entre os dois países; as atuações dos dois países no âmbito de organismos internacionais; as relações econômicas e comerciais bilaterais, regionais e globais; os aspectos sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentado em ambos os países; a Lei Helms-Burton; a cooperação e as relações parlamentares; os processos de integração latino-americana; a segurança bilateral e regional; o combate ao narcotráfico e, ainda, saúde, educação, ecologia, proteção e conservação ambiental, intercâmbio artístico e cultural e turismo.

§ 5º. As delegações de parlamentares de ambos os países poderão, quando da elaboração da pauta da reunião anual, aprovar a inclusão de outros temas que julgarem convenientes.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Reconhecem os parlamentares da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil e da Assembléia do Poder Popular da República de Cuba a importância de serem fortalecidas as relações bilaterais diante dos desafios que se avizinham nesta era de acentuada globalização.

Propõem, desta forma, a seus respectivos colegiados, normas que incentivem e viabilizem o intercâmbio e a cooperação nesta época



tão propícia à avaliação das potencialidades, falácias, conquistas e cataclismos do milênio que finda, voltando-nos para os projetos de um futuro mais justo.

O momento é deveras propício para reafirmarmos nossos laços de amizade e a vocação comum para fortalecer as instituições democráticas universais, por intermédio do diálogo entres nossos Parlamentos em questões crônicas, emergentes, ou urgentes, tais como o fortalecimento da vida política e a cooperação econômica em todos os campos que as exigências da abertura comercial e da revolução técnico-científica impõem, assim como a internacionalização das fontes financeiras, o problema dos capitais voláteis e a respectiva inserção da América Latina e do Caribe no mercado globalizado.

A presente resolução soma-se às demais normas de cooperação existentes entre os dois países, sendo consentânea com os princípios que nosso país tem defendido em nível internacional e vindo ao encontro dos mais legítimos anseios, deveres e expectativas desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2000.

Deputado PEDRO VALADARES

Deputado ANTONIO CARLOS PANNUNZIO

Deputado EUJÁCIO SIMÕES

Deputado ROMMEL FEIJÓ

Felipe Cavalcante - PPS  
Felipe CAVALCANTE

91441106-004



## RELATÓRIO

Este projeto, que tem o nobre Dep. PEDRO VALADARES como autor, elenca as atividades de cooperação parlamentar que deverão ser desenvolvidas com a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba. Descreve, outrossim, que o intercâmbio ocorrerá por meio de reuniões conjuntas permanentes, realização de seminários e formação de grupos de trabalho. Declara a sistemática das reuniões, discrimina os temas permanentes de discussão e prevê a alternância do local das reuniões, que serão anuais. Permite que as delegações possam, quando da elaboração da pauta da reunião, aprovar outros temas que julgarem conveniente.

Na justificativa, é dito:

“ O momento é deveras propício para reafirmarmos nossos laços de amizade e a vocação comum para fortalecer as instituições democráticas universais, por intermédio do diálogo permanente entre nosso Parlamentos, em questões crônicas, emergentes, ou urgentes, tais como o fortalecimento da vida política e a cooperação econômica em todos os campos em que as exigências da abertura comercial e da revolução técnico-científica impõe, assim como a internacionalização das fontes financeiras, o problemas dos capitais voláteis e a respectiva inserção da América Latina e do Caribe no mercado globalizado.”

É o relatório.

## VOTO DO RELATOR

O Grupo Parlamentar Brasil-Cuba foi criado pela Resolução nº 15/89. É dito que o funcionamento obedecerá às normas previstas no



Estatuto, que fosse elaborado por seus integrantes, obedecida a legislação brasileira.

Embora não seja usual fazer-se essa disciplina de trabalhos por meio de uma Resolução, nada impede que assim seja feito, como pretende esta proposição. Todavia, uma cautela primária deve ser reafirmadas: que o intercâmbio será realizado sem qualquer ônus para a Câmara dos Deputados, aliás como previsto no art. 2º da já citada Resolução nº 18/89. Esta providência ganha maior vulto quando se pretende que as reuniões sejam anuais e realizadas, alternadamente, em cada país, prevendo-se que as delegações possam ser constituídas por até dez parlamentares.

Diante do exposto, **VOTO PELA APROVAÇÃO** deste Projeto de Resolução nº 60, de 2000, que “dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba”, com a apresentação de uma Emenda.

Sala de Reuniões da Mesa, em 6 de novembro de 2000

Deputado **HERÁCLITO FORTES**  
Primeiro Vice-Presidente  
Relator

EMENDA AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2000

Acrescente-se o seguinte art. 2º, renumerado o subsequente:

“ Art. 2º As atividades previstas nesta Resolução serão desenvolvidas sem ônus para a Câmara dos Deputados.”

Sala de Reuniões da Mesa, em 6 de novembro de 2000

Deputado **HERÁCLITO FORTES**  
Primeiro Vice-Presidente  
Relator

#### DECISÃO DA MESA

A Mesa, por seus membros abaixo assinados, resolveu aprovar o parecer do Senhor Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 60, de 2000, que dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba, com emenda apresentada pelo Relator.


Câmara dos Deputados, 6 de novembro de 2000.

Deputado Michel Temer  
Presidente

Deputado Heráclito Fortes  
1º Vice-Presidente  
Relator

Deputado Ubiratan Aguiar  
1º Secretário






Deputado Severino Cavalcanti  
2º Vice-Presidente



Deputado Nelson Trad  
2º Secretário



Deputado Jaques Wagner  
3º Secretário



Deputado Efraim Moraes  
4º Secretário

EMENTA

Dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

PEDRO VALADARES  
(PSB-SE)

Ind. Top. Ara.

Promulgada em

Publicada no Diário Oficial do

Publicada no Diário do Congresso Nacional de

ANDAMENTO

PLENÁRIO

11.01.00

Apresentação e leitura do Projeto.

MESA

11.01.00

Despacho: Ao Primeiro Vice-Presidente, Dep. HERÁCLITO FORTES.

OCD 12/01/00, pág. 01296, col. 04.

MESA

06.11.00

Aprovado unanimemente o parecer favorável do relator, Dep. HERÁCLITO FORTES, 1º Vice-Presidente, com emenda.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

06.11.00

É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Mesa, pela aprovação, com emenda.  
(PRC 60-A/00).

PLENÁRIO

14.12.00

Discussão em turno único.

Encerrada a discussão.

Aprovação da emenda adotada pela Mesa.

Aprovação do projeto.

Aprovação da redação final, oferecida pelo relator, Dep

MESA

14.12.00

Despacho à promulgação. PRC 60-B/00.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Seção de Proposições / SGM (R: 7503)

Protocolo: 008716

07/11/00 19:12:22

Página: 001

**PRC-0060/00**

Autor: PEDRO VALADARES (PSB/SE)

Apresentação: 11/01/00

Prazo:

**Ementa:** Projeto de Resolução que dispõe sobre a cooperação interparlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia do Poder Popular da República de Cuba.

**Despacho:** Ao Sr. Primeiro Vice-Presidente.  
DECISÃO DA MESA - A Mesa, por seus membros, resolveu aprovar o parecer do Sr. Deputado Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, pela aprovação do PRC 60/00, com emenda apresentada pelo Relator. Em 06/11/00.

**Destino dos Originais:** CCP

Recebi em 07 de Novembro de 2000.

Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

Cópias:

BALCÃO Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

CCP Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

CEL Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

COAPP Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

DETAQ Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SEATA Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SEAUT Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SECAD Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SEPUB Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SERCO Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SESQO Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_

SINOPSE Assinatura: \_\_\_\_\_ Ponto: \_\_\_\_\_